



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679376 - MS (2021/0215211-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MAIZE HERRADON FERREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : INAÍZA HERRADON FERREIRA - MS010422
MAIZE HERRADON FERREIRA - MS012127
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : THIAGO FELIPE PERALTA ALECRIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO FELIPE PERALTA ALECRIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (N. DO PROCESSO NA CORTE DE ORIGEM).

O paciente foi condenado à pena de 21 anos, 8 meses e 19 dias pela prática dos crimes de latrocínio tentado, roubos qualificados pelo concurso de agentes, emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.

Os impetrantes sustentam que o paciente cumpriu o requisito objetivo para a progressão de regime em 22/2/2021 e que ele "possui conduta carcerária classificada como "ÓTIMA", não possui registros de faltas disciplinares, trabalha desde janeiro de 2017" (fl.4).

Afirmam que a determinação de realização de exame criminológico é injustificada e foi desprovida de fundamentação idônea, pois o paciente não tem registros de faltas e foi fundamentada apenas na gravidade do crime.

Alegam que não foi interposto agravo em execução penal pela defesa constituída na época. Requerem, liminarmente, o afastamento da necessidade de exame criminológico e a concessão da progressão de regime.

Pugna, caso seja reconhecida a necessidade de exaurimento da matéria por decisão do colegiado, pela concessão da ordem de ofício para a análise do mérito do habeas corpus pelo Tribunal de Justiça.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitei informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente acerca do agravo em execução penal do paciente conforme mencionado na decisão do habeas corpus ora impugnado, as quais foram prestadas às fls. 48-55.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Segundo as informações prestadas pelo Tribunal estadual foi interposto agravo em execução penal (fl. 48), que inclusive motivaram também o não conhecimento do habeas corpus perante ele interposto, conforme consta da decisão de fl. 32:

Cabe salientar, inclusive, que se encontra em trâmite o agravo de execução penal que impugna o indeferimento da progressão de regime do paciente considerando as circunstâncias dos crimes, bem como as conclusões do laudo criminológico. Referido recurso já se encontra inclusive com as contrarrazões juntadas (mov. 118.1 – autos de execução penal n.º 0009169-76.2015.8.12.0001).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente